

- LXXIII -**UMA ANÁLISE DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA
TODOS EM UMA INSTITUIÇÃO DO INTERIOR
ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 2005-2016****Renata de S. Pires**

PUC-Campinas, renatasppires@gmail.com

Bruna Wargas

UNICAMP, brunamarawargas@yahoo.com.br

Marina P. B. Pontes

PUC-Campinas, mpbpontes@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do perfil dos beneficiários Prouni em uma universidade confessional do Estado de São Paulo no período de 2005 a 2016. O objetivo do texto é apresentar informações relativas ao perfil destes estudantes a partir de indicadores sociodemográficos. A metodologia consiste na análise primária dos dados disponíveis no site do MEC, extraindo os dados da instituição selecionada. A avaliação da política pública permite compreender a efetividade do programa na inclusão de uma parcela da população que não teria acesso a uma universidade de prestígio do setor privado.

Palavras-chave: Prouni; Avaliação de políticas públicas; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O Prouni foi criado em 2004 e institucionalizado em 2005 pelo Governo Federal (Lei Federal nº 11.096/05) a fim de conceder bolsas de estudos, integrais e parciais, a jovens provenientes da Rede Pública de Ensino, com renda *per capita* familiar bruta de até três

salários mínimos para a obtenção de bolsa parcial e de até um salário mínimo e meio para a obtenção da bolsa integral.

Desde sua criação até o segundo semestre de 2016, o Prouni atendeu mais de 1,9 milhão de estudantes, dos quais 70% obtiveram o benefício de bolsa integral (MEC, 2019). A importância do programa se manifesta como uma possibilidade de rompimento do círculo intergeracional da pobreza possibilitando acesso à educação de qualidade as classes sociais menos favorecidas.

Desta forma, o programa coleciona elogios e críticas de pesquisadores, como Mesquita (2012) que critica o financiamento do setor privado pelo setor público, além de outros pontos como a qualidade das instituições. A Controladoria Geral da União (CGU) também avalia o programa e em 2015 divulgou um relatório (CGU, 2015), com apontamentos sobre ociosidade de bolsas e falhas nos controles, entre outros pontos.

Dentro deste escopo, objetivou-se avaliar os números do programa em uma instituição de ensino superior (IES) privada do interior do Estado de São Paulo, confessional sem fins lucrativos.

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A criação de planos e políticas é uma constante nos governos federais, estaduais e municipais, que visam oferecer desenvolvimento econômico e social à sociedade. Por outro lado, se faz fundamental a implementação de métodos de avaliação que possa mostrar, de maneira clara e sistematizada, quais os efeitos positivos e negativos que tais ações podem provocar sobre a população diretamente afetada, nos diversos aspectos que possam envolver estas políticas (DRAIBE, 2001; FARIA, 2005).

A avaliação pode ser considerada como a fase final do ciclo de políticas públicas, em que se considera as seguintes fases: percepção e definição de problemas, definição de agenda, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (FREY, 2000). É nesta fase que se apreciam os programas já implementados no que diz respeito a seus impactos efetivos.

Na extensa literatura que aborda a avaliação de diversos aspectos do Prouni, observa-se principalmente temáticas como estudos de casos de algumas instituições, análise com relação as condições de permanência dos estudantes no programa, avaliações do ponto de vista qualitativo com relação aos dilemas enfrentados pelos bolsistas, além dos relatórios técnicos da própria CGU e seus apontamentos sobre os resultados da política pública.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente ensaio consiste em uma pesquisa descritiva a partir de fontes primárias. O levantamento das informações foi realizado a partir dos dados divulgados no portal de dados abertos do MEC, que disponibilizou em 2017 uma série histórica de 2005 a 2016 de todos os estudantes beneficiários do programa. No banco de dados é possível obter as informações de perfil sociodemográfico (raça/cor, localidade de origem, curso, turno, sexo, data de nascimento, entre outras sobre a própria instituição). Para o tratamento dos dados foi utilizado o software estatístico SPSS e selecionados os dados pelo código da instituição.

RESULTADOS

No período de 2005 a 2016, a Universidade concedeu 6.616 bolsas integrais, sendo que 54% em cursos noturnos, 30% em cursos diurnos e 16% em cursos integrais. Esta distribuição reflete, possivelmente, a necessidade de conciliar a vida universitária com o mercado de trabalho visto que, como a universidade é privada, não há concessão de bolsas permanência ou bolsas auxílio, que apoiariam os demais gastos do estudante.

Com relação ao local de origem, 98% dos beneficiados são provenientes da região Sudeste, sendo deste total 93% do estado de São Paulo e 4% do estado de Minas Gerais. Uma característica que coincide com outros estudos sobre o Prouni, que mostram que os estudantes muitas vezes preferem permanecer próximo ao seu local de origem na escolha da IES (ABDAL; NAVARRA, 2014).

Os cursos com o maior número de beneficiários são bacharelados: Administração (853), Direito (563) e Ciências Econômicas (264). Nos cursos de Administração e Ciências Econômicas em torno de 70% são do turno noturno e no curso de Direito 50%.

Dos contemplados observa-se ainda que 54% são do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Com relação a auto declaração de cor/raça, tem-se 60% de brancos e 37% entre pretos, pardos e indígenas. Ainda, no quesito inclusão de pessoas com deficiência a IES contemplou neste período 41 estudantes.

A taxa de evasão do programa em âmbito nacional, de acordo com os dados do Portal de acesso à informação (SIC, 2019) mostra que o Prouni apresenta uma taxa de evasão relativamente baixa, em torno de 5 a 6%, no período estudado, apesar de não ser possível verificar individualmente na universidade analisada. Tem-se apenas os dados de estudantes

que concluíram o curso entre 2013 e 2017: 1.553 estudantes formados pela universidade com o auxílio da política pública.

CONCLUSÕES

Verifica-se, com esta análise de perfil, que o Prouni inseriu no ensino superior, somente nesta IES, mais de seis mil pessoas que não teriam condições socioeconômicas para tal, ao longo de 12 anos. Considerando as limitações da metodologia utilizada e das fontes de dados disponíveis, é nítido que outras diversas análises são necessárias para efetivamente realizar avaliação desta política pública em toda sua complexidade, mas entende-se que há, no recorte realizado, de fato, alinhamento com o objetivo de oferecer acesso à educação de qualidade às classes sociais menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre; Julia NAVARRA. "Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": Deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do Prouni no Ensino Superior privado. **Novos estud. – CEBRAP**, n. 99. São Paulo, jul-2014.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **Ampliação do Acesso ao Ensino Superior Privado Lucrativo Brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei Federal Nº 11.096/05, de 20 de dezembro de 1996. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regulamenta a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior**. Brasília: MEC, 2005.

CGU, Controladoria Geral da União. Relatório de Auditoria Prouni. 2015. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/3270.pdf>>. Acesso em: fev. 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. p. 13-42. In: BARREIRA, Maria C.; CARVALHO, Maria do C. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, out. 2005.